

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Os méritos do Senhor **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00033/2020 MRE

Brasília, 26 de Fevereiro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 39 /2020/SG/PR

Brasília, 13 de março de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



CURRICULUM VITAE

GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS

1954 – Filho de Segismundo Garcia de Freitas e de Dalva Menandro Garcia de Freitas, nasce em 20 de abril, em Resende – RJ.

DADOS ACADÊMICOS

1975 - Bacharel em Ciências Militares – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
1982 – Pós-graduação em Elaboração de Currículos – UFRJ.
1984 - Mestrado em Ciências Militares – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
1987 - Curso Avançado de Ciências Militares – Fort Benning, GA – EUA.
1991 - Doutorado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME).
1997 – Pós-graduação em Supervisão Escolar – UFRJ.
2001 – Pós-graduação – MBA Executivo – Fundação Getúlio Vargas -RJ.
2001 – Pós-doutorado em Política, Estratégia e Alta Administração – ECEME.
2001 – Pós-graduação em Análise Prospectiva – Brainstorming Planejamento.
2011 - Pós-graduação em Planejamento Estratégico - War College - Carlisle, PA – EUA.
2016 – Pós-graduação em Gestão Estratégica – Fundação Dom Cabral – MG.
2019 – Pós-Graduação em Relações Governamentais – INSPER – SP.

FUNÇÕES

1976-1991 – Oficial subalterno e intermediário. Líder de tropa. Docente e discente.
1992-1994 – Analista de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico em área de fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).
1994 -1996 – Assessor Brasileiro na Academia Militar de West Point (EUA) - Docência de Português, Geografia e História do Brasil, e de liderança na Academia do Exército dos EUA; promoção e participação em seminários e congressos vinculados à difusão do Brasil.
1996-1998 – Analista, no Estado-Maior do Exército (EME), de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico. **Assistente-Secretário** do Ministro do Exército.
1999 e 2000 – 2002 e 2003 - Comandante de Batalhão em Uberlândia – MG e **do Corpo de Cadetes** da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende – RJ – Planejamento e condução do ensino. Liderança em universo de mais de 2500 pessoas.
2004 e 2005 – Analista e Planejador, no Gabinete do Comandante do Exército, de educação, relações internacionais, comunicação social, inteligência, operações e planejamento estratégico.
2005-2007 – Secretário-Geral do Exército e Coordenador-Geral dos Especialistas dos Estados Membros da ONU, para o banimento de minas terrestres em Genebra-Suíça. Elaboração dos atos normativos institucionais e intenso intercâmbio com órgãos públicos.
2007-2008 – Comandante e Diretor de Ensino da AMAN. Liderança de efetivo de 4000 pessoas. Representante brasileiro em eventos internacionais sobre as novas ameaças e desafios para a liderança. Intercâmbios com instituições nacionais e com 18 países na área da educação.
2012 – Vice-Chefe e Subchefe do EME – Responsável pelo relacionamento internacional com mais de 50 países e Organismos Internacionais; atuação conjunta com Órgãos Públicos, nas áreas de Relações Exteriores, Meio Ambiente, Minas e Energia e Justiça; representante da Defesa na Corte Interamericana de Direitos Humanos (San José-Costa Rica); coordenador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército; responsável pelo planejamento das Operações de Paz do Brasil, sob a égide da ONU; intercâmbio sobre a conjuntura internacional com o Exército de Israel.
2012-2014 – Comandante Militar do Planalto – Liderança de efetivo de 16 mil pessoas; intenso relacionamento com entidades do DF e dos Estados de GO, TO e MG; coordenação, em sintonia com o MRE, das ações de Defesa nas Copas das Confederações (2013) e do Mundo (FIFA 2014).

2014-2016 – Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa – Responsável pelo relacionamento internacional de Defesa, alinhado com o MRE; Intercâmbios e Acordos com 56 países e Organismos Internacionais; revisão da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, e do Livro Branco de Defesa Nacional; elaboração e monitoramento de cenários prospectivos; planejamento e condução do Módulo de Defesa, no curso presencial do Instituto Rio Branco/MRE.

2016 – Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD) – Coordenação-geral da Defesa nos Jogos Olímpicos Rio-2016, articulado com agências nacionais e internacionais; planejamento e coordenação, em âmbito nacional, de operações de Garantia da Lei e da Ordem e Ações Subsidiárias (assistência de saúde, obras de infraestrutura e apoio em desastres naturais).

2016-2017 – Comandante Militar do Oeste – Liderança de efetivo de 18.000 pessoas; ações conjuntas, no MT e MS e, eventualmente, no PR, RO, PA e GO, com entidades públicas, acadêmicas e filantrópicas, nas áreas de Segurança, Educação, Cultura, Esportes, Meio Ambiente, Questões Indígenas e Assistência Social; intercâmbio com entidades dos países vizinhos Paraguai e Bolívia; e gestão de crises relacionadas a desastres naturais e ilícitos transnacionais.

2017-2019 – Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil na ONU / Nova Iorque/EUA – Defesa dos interesses brasileiros e assessoria ao MRE nas áreas de Paz e Segurança, Terrorismo, Plataforma Continental, Desarmamento e Migrações, dentre outras; apoio a indústrias brasileiras, na participação em certames internacionais; apoio à Câmara de Comércio Brasil-EUA, na promoção de investimentos no Brasil; palestrante em entidades civis e militares do Brasil e dos EUA; Vice-Presidente do Comitê de Conselheiros Militares junto à ONU; viagem de trabalho à região de Naqoura, entre Israel e o Líbano, em 2018 e 2019, para acompanhamento do status da Operação de Paz da ONU (UNIFIL).

Atualmente: Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Apex-Brasil, entidade vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – elaboração de planejamento estratégico; estabelecimento de vínculos, com entes nacionais e internacionais de interesse (stakeholders). Negociação e elaboração de instrumentos de cooperação com stakeholders.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Experiências no Exterior

- Realizou cursos, residiu ou trabalhou nos EUA em 1987 (curso), 1994 a 1996 (assessor e professor), 2011 (curso) e de 2017 a 2019 (Conselheiro Militar do Brasil na ONU);
- Coordenou experts em Desarmamento, Genebra-Suíça, em 2006;
- Inspetor brasileiro de tropas empregadas em Operações de Paz (Haiti, em quatro oportunidades e Líbano, por duas vezes);
- Palestrante brasileiro no International Institute for Strategic Studies (IISS-2008) e no Royal United Service Institute (RUSI-2009), ambos no Reino Unido;
- Chefiou comitivas brasileiras para a negociação de Acordos, em dezenas de países.

b. Publicou artigos relacionados a Liderança, História, Educação, Planejamento Estratégico, Fronteiras Brasileiras, vínculos entre Defesa e Diplomacia; e temas militares.

c. Recebeu o título de Cidadão Honorário de quatro municípios e o Special Award/2019 da Câmara de Comércio Brasil – EUA.

d. É membro de 2 associações educacionais estrangeiras (Phi Kappa Phi e Phi Sigma Iota).

e. Foi agraciado com três medalhas internacionais e vinte e duas nacionais de mérito;

f. Admitido, em 2017, na Ordem do Rio Branco, grau de Grã-Cruz.

Gerson Menandro Garcia de Freitas



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS
NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO I**

ESTADO DE ISRAEL



Ostensivo

Fevereiro de 2020

PERFIS BIOGRÁFICOS



Reuven Rivlin

Presidente do Estado de Israel

(Jerusalém, 1939)

Em 1957, ingressou nas Forças de Defesa de Israel (FDI) como oficial de inteligência. Lutou na Guerra dos Seis Dias. Como major, deixou as FDI para estudar direito na Universidade Hebraica de Jerusalém. Foi membro do Conselho Municipal de Jerusalém entre 1978 e 1988. Foi eleito pela primeira vez para o parlamento israelense (*Knesset*) na 12ª legislatura (1988-1992), pelo Likud. Foi líder do partido entre 1988 e 1993. Foi designado ministro das Comunicações pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, em 2001, permanecendo no cargo por dois anos. Em 2003 e 2006, foi eleito presidente do Parlamento. Foi eleito presidente de Israel em 10 de junho de 2014. Casado com Nechama, é pai de 4 filhos.



Benjamin Netanyahu

Primeiro-Ministro de Israel

(Tel Aviv, 1949)

Foi representante de Israel junto às Nações Unidas de 1984 a 1988. Membro do Likud, partido de direita, tornou-se o mais jovem primeiro-ministro de Israel em 1996. Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (2002-2003) e da Fazenda (2003-2005). Voltou ao cargo de primeiro-ministro em março de 2009, sendo eleito para um terceiro mandato em 2013 e, para um quarto mandato, em 2015, igualando o recorde de David Ben-Gurion. Em 2019, após as eleições parlamentares de abril e de setembro, teve oportunidade de formar governo pela quinta vez, mas não logrou êxito. Não obstante, tornou-se, no ano passado, o primeiro-ministro mais longo da história de Israel, superando o ex-primeiro-ministro David Ben-Gurion. Casado com Sara, é pai de 3 filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A atuação decisiva de Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, e que propiciou a criação do Estado de Israel no ano seguinte, é sempre lembrada por Israel como um dos marcos fundadores do relacionamento bilateral. As relações entre os dois países foram estabelecidas em 1949 e, desde então, têm sido marcadas pela amizade e pela cordialidade e por pela paulatina construção de uma agenda bilateral positiva. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 110 mil pessoas, segundo o último censo do IBGE), décima maior do mundo, também contribui para que Brasil e Israel tenham um relacionamento privilegiado.

Com a eleição do presidente Bolsonaro, abre-se novo capítulo na história das relações entre os dois países, alçando as relações bilaterais a novo patamar. A parceria entre Brasil e Israel está alicerçada sobre valores comuns da liberdade, da democracia, da economia de mercado, da justiça e da paz, e sobre determinação comum de buscar a prosperidade para seus povos, com base nos valores judaico-cristãos, em benefício do desenvolvimento mútuo.

As visitas de alto nível têm sido frequentes. O PM Netanyahu participou da posse presidencial, no contexto de sua visita ao Brasil, entre 28/12/2018 e 1º/1/2019 – a primeira de um PM israelense no exercício do cargo. O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, visitou Israel em janeiro. Entre os dias 31/03 e 3/04/2019, o presidente Jair Bolsonaro, acompanhado de ampla comitiva, realizou visita a Israel, cumprindo extensa agenda, com assinatura de vários instrumentos bilaterais de cooperação nos campos da ciência e tecnologia, defesa, segurança pública, aviação civil, segurança cibernética e saúde.

No marco da visita presidencial, Israel apoiou a adesão brasileira à OCDE. Os dois países reiteraram o reconhecimento do Presidente interino Juan Guaidó como o líder legítimo da Venezuela e enfatizaram seu firme apoio ao povo venezuelano em sua luta pelo fim do regime de Maduro e pelo pleno restabelecimento da democracia naquele país. Foram assinados também os seguintes instrumentos bilaterais: Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia; Acordo sobre Serviços Aéreos; Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa; Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado; Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética; Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina entre Ministérios da Saúde para os Anos 2019-2022.

Ademais das vias de cooperação abertas pela visita presidencial, reconhece-se o potencial de ampliação da cooperação tecnológica, científica, comercial e de investimentos. As reuniões ministeriais, cada vez mais frequentes, demonstram oportunidades nos campos de dessalinização, de energia, de cooperação espacial, de comércio e de investimentos. A realização de seminário empresarial, em abril último, com a participação de mais de 200 empresas, demonstra o interesse do setor privado no aprofundamento do relacionamento

bilateral. A abertura de escritório de promoção comercial, de investimentos, tecnologia e inovação em Jerusalém, em dezembro último, em solenidade que contou com a presença do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu vai ao encontro do objetivo de ampliar as trocas econômicas bilaterais, em sentido amplo. No âmbito internacional, o aprofundamento do relacionamento bilateral também traz também dividendos políticos, como demonstra, por exemplo, o recente restabelecimento de relações entre Israel e Bolívia, com bons ofícios brasileiros, após vários anos de afastamento entre os dois países.

Segue, abaixo, quadro-resumo de iniciativas e decisões tomadas, transcorridos oito meses do governo Bolsonaro.

▪ **Acordos assinados na visita Presidencial (Março 2019)**

- Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia
- Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa
- Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado
- Acordo sobre Serviços Aéreos
- Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética
- Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina para os Anos 2019-2022

▪ **Criação de Escritório da APEX em Jerusalém**

▪ **Revisão de voto em foros multilaterais**

- União Postal Universal (UPU)
- Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Conselho de Direitos Humanos (CDH)
- Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)

▪ **Criação do Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos (Maio 2019)**

- **Início do processo de adesão à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA)**

ÁREAS DE COOPERAÇÃO

1. Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

Israel é um dos principais polos de tecnologia do mundo, graças a um robusto ecossistema de inovação. Foi classificado em 5º lugar no índice de inovação para 2019 publicado pela Bloomberg, à frente de EUA (8º), Japão (9º) e Singapura (6º), estando o Brasil em 45º. Ocupa o 20º lugar no ranking mundial de competitividade (*Global Competitiveness Report* 2018, em que Brasil ocupa a 72ª posição); lidera o ranking de competitividade no Oriente Médio e no Norte da África e ocupa a 11ª posição no *Global Innovation Index* (2018). É o país que investe a maior proporção de seu produto interno bruto em pesquisa e desenvolvimento (4,3% do PIB), liderança que manteve em quase todos os anos ao longo da última década. Lidera, ainda, o ranking mundial em termos de velocidade de crescimento de empresas de inovação. Seu setor financeiro é bem desenvolvido (22º lugar – GCR), com a segunda melhor disponibilidade de capital de risco no mundo, o que estimula o florescimento de um setor privado centrado em inovação. O aumento líquido no número de *startups* em Israel é da ordem de 600 novas empresas ao ano. Tel Aviv é o polo de tecnologia mais internacionalizado do mundo, em que mais de 2/3 de todos os investimentos em *startups* envolvem a participação de investidores internacionais, provenientes, sobretudo, dos EUA e da Europa. Israel é o país que mais exporta serviços de tecnologia da informação e comunicação no mundo, relativamente ao total de suas exportações.

a) **Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia.** Na vista presidencial a Israel, foi assinado o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é desenvolver, facilitar e maximizar a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas de ambos os países com base nas prioridades nacionais no campo de C&T e nos princípios de igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, de acordo com as leis nacionais. O Acordo permitirá planejamento mais adequado, monitoramento e avaliação das atividades bilaterais, assim como o lançamento de novas iniciativas no campo da ciência e tecnologia. Ademais, promove aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e israelense.

b) **Áreas com potencial de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.**

- **CyberTech:** Israel se sobressai na geração de tecnologia de ponta no setor de cibersegurança para defesa de dados, com aplicação civil e militar. Principalmente no âmbito de defesa, há possibilidade de prospecção de empresas que possam se estabelecer no Brasil e desenvolver parcerias com empresas locais, de modo a criar soluções de proteção cibernéticas para o mercado brasileiro.
- **Agritech & tecnologias da água (Bluetech):** Israel tem reconhecida capacidade tecnológica nas áreas do agronegócio e de aplicações eficientes da água. Dados os desafios de adaptação e de validação de soluções, que dependem de pesquisa e desenvolvimento, provas de conceitos e laboratórios / áreas de teste (fazendas) locais, abrem-se muitas oportunidades de fomento de parcerias tecnológicas para a adaptação das tecnologias israelenses à realidade da geografia brasileira, com impacto significativo para o agronegócio e gestão dos recursos hídricos nacionais.
- **Parcerias Tecnológicas:** além das oportunidades específicas mencionadas acima a título exemplificativo, há que se considerar que o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação pode representar a atração de centros de P&D para ambos os países. Protocolos e programas de cooperação entre Estados, com a participação da iniciativa privada, tendem a estimular maior intercâmbio entre empresários e cientistas, promovendo a busca de contratação de “cérebros”, “scouting” de tecnologias, transferência de tecnologia ou codesenvolvimento de novos produtos e soluções. De acordo com dados do governo israelense, em 2018, havia 344 centros de P&D de corporações multinacionais em Israel, com abertura de 20 novos centros somente em 2018. Dado o reduzido tamanho do mercado israelense, a estratégia das empresas do dinâmico setor de ciência, tecnologia e inovação do país passa, necessariamente, pela internacionalização.
- **Intercâmbio acadêmico:** há amplo espaço para cooperação no campo acadêmico em C, T & I, sobretudo no que diz respeito ao intercâmbio de estudantes brasileiros para universidades israelenses.

c) **Iniciativas bilaterais em curso.**

- **ScaleUp in Brazil:** no âmbito da Missão Presidencial a Israel, que ocorreu de 31 de março a 2 de abril, foi lançado o programa Scaleup in Brazil, que tem

como objetivo fornecer uma plataforma *softlanding* para empresas de tecnologia que buscam expandir seus negócios no Brasil. O primeiro ciclo será voltado para empresas israelenses. O Scaleup in Brazil é fruto de uma parceria entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e vai atrair alta tecnologia e inovação para o Brasil. Nesse primeiro ciclo, o programa será gratuito para empresas israelenses, que terão que arcar apenas suas despesas de viagem, hospedagem e alimentação. O Scaleup in Brazil conta com uma gama de apoiadores que inclui os principais players em inovação em Israel e no Brasil.

- **Cooperação entre Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) / Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Autoridade Israelense de Inovação (AII)**: no contexto da visita presidencial, houve lançamento de duas chamadas conjuntas da FINEP e da EMBRAPPI com a AII. Foram firmados acordos de cooperação com a Autoridade Israelense de Inovação (IIA) para coinvestimentos e parcerias entre empresas brasileiras e israelenses.

2. Escritório da APEX para Promoção de Comércio, Investimento, Tecnologia e Inovação em Jerusalém.

Em 15 de dezembro passado, foi inaugurado escritório da APEX para Promoção de Comércio, Investimento, Tecnologia e Inovação, em Jerusalém. O evento de inauguração contou com a participação do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu; do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Federal Eduardo Bolsonaro; do presidente da APEX, contra-almirante Sérgio Segovia, ademais de empresários, representantes de câmaras de comércio e associações comerciais e veículos de imprensa brasileiros e israelenses.

O escritório busca abrir novos vetores de desenvolvimento, beneficiando-se do fato de Jerusalém ser um dos polos mais importantes de desenvolvimento tecnológico de Israel, além de sediar o Ministério da Ciência e Tecnologia de Israel, a Universidade Hebraica de Jerusalém e empresas de tecnologia.

3. Cooperação em defesa

A parceria em defesa entre Brasil e Israel consolidou-se ao longo das últimas décadas, apresentando potencial auspicioso para projetos futuros, em particular em áreas de alta tecnologia de interesse do Brasil.

- a) **Acordo sobre Questões Relacionadas à Defesa.** Na vista do presidente Bolsonaro a Israel, foi firmado Acordo sobre Questões Relacionadas à Defesa, formalizando as bases de cooperação entre Brasil e Israel no tema. O acordo, que ainda necessita de aprovação legislativa, tem como objetivos: a implementação de projetos de interesse mútuo; o intercâmbio de tecnologias, de experiências de treinamento e educação em questões militares; a colaboração no desenvolvimento de sistemas e produtos de defesa; cooperação em aquisição, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e mobilização; o compartilhamento de conhecimentos e experiências operacionais nas áreas de ciência e tecnologia.
- b) **Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ciber Diretório Nacional do Estado de Israel (INCD).** Na visita presidencial de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ciber Diretório Nacional do Estado de Israel (INCD) para cooperação em segurança cibernética. A cooperação envolverá a troca de informações, a qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento institucional e o intercâmbio de perspectivas relativas a estratégias e a políticas sobre segurança cibernética.
- c) **Base industrial de defesa.** A cooperação Brasil-Israel em matéria de indústria de defesa tem-se desenvolvido com grande intensidade, seja no fornecimento de equipamentos para as Forças Armadas brasileiras, seja no estabelecimento de parcerias entre as indústrias dos dois países e investimentos no Brasil.

4. Cooperação em segurança pública

Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado. Em 2019, durante a vista presidencial, foi assinado o Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado. O acordo firmado demonstra o reconhecimento do desafio compartilhado no que se refere ao enfrentamento do crime organizado transnacional, e à otimização da segurança cidadã e proteção de locais públicos. Tem o objetivo de promover, desenvolver, otimizar e estreitar a cooperação e o intercâmbio de informações entre Brasil e Israel na área de segurança pública nacional e de prevenção e combate ao crime organizado transnacional, em todas as suas formas.

5. Aviação Civil

Acordo sobre Serviços Aéreos. Na vista presidencial a Israel, foi assinado Acordo sobre Serviços Aéreos. O acordo procura aumentar a conectividade entre os dois países, garantindo ampla liberdade operacional às companhias aéreas, o que ajudará a fortalecer os laços entre as suas sociedades, promovendo negócios e turismo.

REVISÃO DE VOTO EM FOROS MULTILATERAIS

O novo grau de prioridade conferido ao relacionamento com Israel é evidente na atuação internacional do Brasil, inclusive nos foros multilaterais. Nossas missões junto a organizações internacionais têm revisto votos que, até o passado recente, ignoravam a perspectiva israelense. Favorecemos posições equilibradas, sem politizações.

- Na **União Postal Universal (UPU)**, votamos pela abstenção em relação ao pedido palestino de aderir à organização como membro pleno. Buscamos, com isso, preservar a natureza técnica das discussões e deliberações nessa organização.
- Na **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, o governo tem votado favoravelmente a Israel em resolução que trata de serviços de saúde na região. Ainda assim, reconhecemos os desafios relacionados à questão e manifestamos nossa disposição em manter engajamento positivo na organização.
- No **Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas**, os votos brasileiros têm sido condizentes com o objetivo de garantir maior equilíbrio na posição do Brasil em relação à questão israelense-palestina.
- Na **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)**, o Brasil tem buscado adotar posicionamento equilibrado nas inúmeras resoluções referentes ao conflito israelense-palestino.

MECANISMO DE CONSULTAS BRASIL-ISRAEL EM ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A primeira reunião do Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos foi realizada em maio de 2019, em Brasília, e contou com a participação de diplomatas, membros das Forças Armadas e agentes de Inteligência. O arranjo insere-se na diretriz de aprofundamento da relação bilateral, estabelecida por ocasião das visitas do primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ao Brasil e do presidente Jair Bolsonaro, a Israel.

ADESÃO À ALIANÇA INTERNACIONAL DE MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO (IHRA)

O Brasil iniciou gestões para adesão à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (International Holocaust Remembrance Alliance – IHRA), inicialmente como Estado observador. A aproximação com a Aliança não apenas demonstra o compromisso brasileiro de combater a todas as formas de xenofobia, intolerância e discriminação, em particular o antissemitismo, mas também o de aumentar a conscientização e o conhecimento sobre uma das páginas mais sóbrias da história, que ajudamos a combater junto aos países aliados contra os integrantes do Eixo na Segunda Guerra Mundial. A iniciativa brasileira faz jus ao legado inspirador de brasileiros que combateram o antissemitismo, como o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.

A Aliança Internacional de Memória do Holocausto une governos e especialistas para fortalecer e promover a educação, a pesquisa e a memória do Holocausto, e para manter os compromissos com a Declaração de Estocolmo sobre Educação, Memória e Pesquisa do Holocausto de 2000. A IHRA (ex-Força-Tarefa para Cooperação Internacional sobre Educação, Memória e Pesquisa sobre o Holocausto, ou ITF) foi iniciada em 1998, pelo ex-primeiro-ministro sueco Göran Persson, e conta atualmente com 33 países membros, ademais de 1 país em processo de adesão e 9 países observadores. Em 2008, foi criado escritório permanente, sediado em Berlim, para garantir a continuidade entre as presidências de turno e apoiar as atividades dos especialistas da IHRA e dos países membros.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se em 10 mil o número de brasileiros residentes em Israel, dispersos por todo o território israelense, não se registrando grandes concentrações em uma só localidade. A comunidade, quase sem exceção, possui nacionalidade israelense.

Visitam Israel, anualmente, mais de 50.000 turistas brasileiros.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ ENTRE ISRAEL-PALESTINA

Em 28 de janeiro passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou plano intitulado “Paz para prosperidade: uma visão para melhorar as vidas dos povos palestino e israelense”. A solenidade de anúncio do plano, presidida por Trump, contou com a presença do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que declarou apoiar os principais pontos do plano de paz proposto. No dia anterior, o presidente norte-americano havia se reunido com Benjamin Gantz, líder do principal partido de oposição, Azul e Branco, que também declarou apoio ao plano.

Entre os elementos trazidos pelo plano norte-americano de paz, mencionem-se: (i) criação de um Estado palestino, com fronteiras definidas e reconhecimento internacional; (ii) reconhecimento por parte dos palestinos de Israel como Estado do povo judeu; (iii) Estado palestino desmilitarizado; (iv) Israel mantém responsabilidade por controle e defesa das fronteiras, espaço aéreo e marítimo; (v) desarmamento de “grupos terroristas” de Gaza, como Hamas e Jihad Islâmica ; (vii) contiguidade do território palestino; (viii) concessões territoriais, sem deslocamento de populações; (ix) Jerusalém unificada como capital de Israel; (x) áreas após barreira de segurança de Jerusalém Oriental como capital do Estado da Palestina; (xi) garantia da liberdade religiosa e acesso aos locais sagrados de Jerusalém, com manutenção do “status quo” relativo à custódia desses locais; (xii) solução da questão dos refugiados palestinos fora do território de Israel, com possibilidade futura de retorno ao território palestino e com compensações financeiras; (xiii) normalização das relações de Israel com os outros países árabes da região; (xiv) pacote econômico de US\$ 50 bilhões para economia palestina; (xv) congelamento dos assentamentos israelenses na área da Cisjordânia destinada ao futuro Estado palestino, nos termos do plano de paz, pelo período de, no mínimo, 4 anos; (xvi) reconhecimento norte-americano da extensão da soberania israelense nas áreas que estariam dentro do Estado de Israel segundo o plano de paz.

POSIÇÃO DO BRASIL

O conflito israelense-palestino é tema no qual a diplomacia brasileira sempre teve interesse e para cuja solução tem buscado contribuir. Em nota à imprensa divulgada em 29 de janeiro passado, o governo brasileiro declarou ver com otimismo o lançamento do plano de paz e prosperidade apresentado pelos EUA, em janeiro passado. Para o Brasil, o plano representa visão realista e ambiciosa, que permite vislumbrar solução justa e duradoura para conflito israelense-palestino.

De acordo com a nota, o plano de paz e prosperidade busca equilibrar questões de natureza securitária, econômica e territorial. Trata-se de base negocial que contempla os principais interesses de israelenses e palestinos, tais como a erradicação do terrorismo, a existência do Estado de Israel, o estabelecimento de um Estado palestino democrático e pacífico, com viabilidade territorial, e a criação das condições econômicas indispensáveis para o bem-estar do povo palestino.

REAÇÕES PRELIMINARES

Em Israel, apesar do consenso político inicialmente muito favorável à proposta norte-americana, começa a dissipar-se o clima de euforia que dominara a política israelense nos últimos dias e que levara o governo interino de Netanyahu a prometer a anexação unilateral do Vale do Jordão e de blocos de assentamentos na Cisjordânia. Setores da direita israelense e grupos ligados aos colonos da Cisjordânia destacam o inconveniente de criação do Estado da Palestina em área que corresponde a 70% do território da "Judeia e da Samaria", com enclaves israelenses em seu interior. Para grupos de esquerda, o plano de paz significaria, na prática, o abandono da solução de dois Estados, em favor de um arranjo que equivaleria à codificação da dominação/ocupação israelense na região. Outro ponto do plano que tem sido considerado muito controverso em meio a setores progressistas refere-se à proposta de deslocamentos virtuais de contingentes populacionais árabes-israelenses para o território do futuro Estado da Palestina. No âmbito do *establishment* de segurança, tem se destacado o fato de que, se implementado, o plano de paz criaria uma fronteira de cerca de 1370 km entre Israel e Palestina, o que, do ponto de vista securitário, seria altamente desaconselhado.

As autoridades palestinas reagiram negativamente ao anúncio do plano de paz. Ao mesmo tempo em que os detalhes do plano paz e "prosperidade" eram anunciados pelo presidente Donald Trump, ao lado do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, a liderança palestina realizava reunião de emergência em Ramala, com a participação de representantes de diversos grupos políticos, incluindo, além do Fatah, o Hamas, a Jihad Islâmica e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Após o encontro, o presidente Mahmoud Abbas reiterou a rejeição palestina ao que qualificou de "slap of the century". Dirigindo-se a Trump e a Netanyahu, Abbas exclamou que "Jerusalém não está à venda" e que o povo palestino continuará a luta para acabar com a ocupação israelense, com vistas à criação de Estado nas linhas de 1967, tendo Jerusalém Leste como capital.

Em 1º de fevereiro corrente, o Conselho da Liga dos Estados Árabes (LEA) reuniu-se em sessão extraordinária, em nível de chanceleres, a pedido do presidente palestino Mahmoud Abbas, para debater as implicações do chamado "Deal of the Century". Foi aprovada, na ocasião, a resolução 8457, por meio da qual a Liga rechaça o plano "americano-israelense" e

se recusa a cooperar com os EUA com vistas a sua implementação. O documento menciona, ademais, a Iniciativa Árabe para a Paz de 2002 como "mínimo aceitável" para a normalização das relações entre Israel e os países árabes.

POLÍTICA INTERNA ISRAELENSE

O Estado de Israel é uma república parlamentarista. O parlamento (a *Knesset*) é unicameral e composto por 120 deputados, com mandato de quatro anos. O presidente, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da *Knesset* para mandato de sete anos. O primeiro-ministro, chefe de governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupar o maior número de assentos no parlamento (obtem-se maioria a partir de 61 assentos).

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense. A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o cenário político israelense. A cada campanha eleitoral surgem novas agremiações, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado. Desde 2009, o Likud assumiu preeminência no quadro político com as sucessivas reeleições do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Contexto político atual. Desde dezembro do ano passado, com o anúncio da dissolução da Knesset e da convocação de eleições gerais, o governo de Israel funciona interinamente ("caretaker government"). Devido ao impasse na formação do Gabinete, foram realizados dois pleitos eleitorais em 2019 (em abril e em setembro).

Na eleição de abril passado, o Likud de Benjamin Netanyahu e o Azul e Branco de Benny Gantz empataram, ambos obtendo 35 assentos. Após tentativa fracassada de formação de Gabinete por parte Benjamin Netanyahu, decidiu-se dissolver o parlamento e convocar novas eleições, ocorridas em 17 de setembro último.

Nas últimas eleições, o impasse manteve-se. Apesar de a coalizão Azul e Branco haver obtido um assento a mais (33) do que o Likud (32), foi concedido a Netanyahu o direito de iniciar as negociações para formação de governo. A coalizão liderada pelo Likud alcançou 55 cadeiras enquanto a coalizão liderada pelo Azul e Branco contou com 53 cadeiras. O partido liderado por Avigdor Lieberman, Yisrael Beiteinu, com 8 assentos, optou por não apoiar nenhuma das coalizões, defendendo um governo de união nacional, liberal e laico, unindo o Likud, o Azul e Branco e o Yisrael Beiteinu.

Um governo de união nacional foi o plano proposto pelo presidente Rivlin para superar o impasse, com o compartilhamento do governo entre os dois maiores partidos e previsão de rotação entre Netanyahu e Gantz no cargo de primeiro-ministro, mas tal proposta não teve recepção. Novas eleições estão marcadas para março de 2020.

Indiciamento do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Em 21 de novembro passado, o procurador-geral Avichai Mandelblit anunciou que indiciaria o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu nos três casos em que é investigado: 1000, 2000 e 4000. O caso 1000 é

referente ao suposto recebimento, por parte de Netanyahu e de sua esposa, de presentes luxuosos de empresários proeminentes, entre os quais o produtor hollywoodiano Arnon Milchan. O caso 2000, por sua vez, trata da alegação de que Netanyahu teria feito acordo espúrio com Arnon Mozes, editor do Yedioth Ahronoth, jornal de maior circulação de Israel, para obter cobertura mais positiva. No caso 4000, Netanyahu teria concedido, entre 2012 e 2017, favores regulatórios à principal empresa de telecomunicações do país, a Bezeq Telecom Israel, em troca de cobertura jornalística favorável a ele e a sua esposa. Nos três casos, Netanyahu foi acusado de fraude e de quebra de confiança, e no caso 4000, também por corrupção.

Em 1º de janeiro último, o primeiro-ministro Netanyahu solicitou formalmente à Knesset pedido de imunidade contra o processo criminal movido contra ele. Em 28 de janeiro, retirou seu pedido. Ato contínuo, o procurador-geral Avichai Mandelblit protocolou, na Corte de Jerusalém, indiciamento contra Netanyahu referentes aos casos 1000, 2000 e 4000 – tornando-o oficialmente, réu.

Não há obrigação legal de afastamento de Netanyahu durante a fase de indiciamento. De acordo com a Lei Básica, o afastamento compulsório do primeiro-ministro somente ocorre após o trânsito em julgado. Não obstante, tal cenário impõe significativo ônus político ao chefe de governo – não há precedentes de indiciamento de chefe de governo de Israel no exercício do cargo –, o que acentua o cenário de incerteza e de volatilidade na política local.

Até que se defina novo governo, Netanyahu permanece à frente do governo, na capacidade de primeiro-ministro interino.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Apesar da reduzida dimensão da área (apenas 20.770km²) e da população (aproximadamente 9,05 milhões, em 2019), Israel tem PIB nominal de US\$ 3487 bilhões e PIB per capita de US\$ 42.82/ano, com economia centrada em setores de alta tecnologia. O intercâmbio comercial de Israel com o resto do mundo, em 2018 (dados mais recentes do Banco Mundial), foi de US\$ 138,5 bilhões. As exportações registraram US\$ 61,9 bilhões; as importações, US\$ 76,58 bilhões, representando um déficit comercial de US\$ 14,678 bilhões. Diamantes, equipamentos de alta tecnologia e produtos farmacêuticos estão entre as principais exportações. Suas principais importações incluem petróleo bruto, grãos, matérias-primas e equipamentos militares. Israel geralmente registra déficits comerciais consideráveis, que são compensados pelo turismo e outras exportações de serviços, bem como influxos significativos de investimentos estrangeiros.

Segundo dados do FMI, desde o início da década de 2010 a economia israelense cresceu em média 3,8% ao ano, com taxas mais elevadas do que os países da OCDE. As perspectivas de longo prazo indicam que essa trajetória de crescimento se manterá. Esse crescimento tem se dado, em grande medida, pelo dinamismo crescente dos setores de serviço e de indústria de alta tecnologia. A recente descoberta de novas reservas de gás, em particular do campo de Leviathan, que será capaz de atender o consumo interno por aproximadamente quarenta anos, reforçam o otimismo com as perspectivas econômicas de longo prazo no país.

COMÉRCIO

Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2019, o comércio voltou ao patamar de 2013, momento em que a balança de comércio atingiu 1,57 bilhão de dólares. Em 2019, as exportações brasileiras para Israel aumentaram 15,51% em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações subiram 3,04%. Ainda assim, as trocas comerciais bilaterais estão aquém do potencial de ambos os países (Israel é apenas 57º destino de exportações brasileiras) e o comércio é estruturalmente deficitário para o Brasil.

Qualitativamente, a pauta exportadora de ambos os países tem-se mantido constante. A pauta exportadora brasileira para Israel concentra-se em commodities. Segundo dados do Ministério da Economia, entre os principais itens exportados pelo Brasil em 2019 destacaram-se carnes (32% do total) e soja e milho (25%). Entre as exportações israelenses para o Brasil, em 2019, defensivos agrícolas e adubos responderam por 32,2% do total. Nesse contexto, além da exploração de novas áreas, há potencial para o crescimento das importações israelenses de carne brasileira, que estão em patamar significativamente inferior àquele dos países árabes.

No biênio 2016-2017, Israel foi o 4º maior exportador de armamentos para o Brasil, atrás de França, Itália e EUA.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-ISRAEL

O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Israel, firmado em Montevidéu em 18/12/2007, entrou em vigor no Brasil em 03/04/2010. Israel foi o primeiro país de fora da América Latina a ter um acordo de livre comércio com o MERCOSUL.

INVESTIMENTOS

Na área de investimentos, Israel mantém posição relativamente modesta entre os investidores no país. É na área de defesa que há maior conexão entre os dois países.

Existe grande interesse do empresariado israelense nos setores do agronegócio, biotecnologia, telecomunicações e defesa, entre outros. Do lado brasileiro, estão presentes no mercado israelense, normalmente por meio de joint-ventures, empresas do setor de tecnologia da informação, café e joias.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel (<i>Medinat Israel</i>)
CAPITAL	A Lei Básica de 30/7/1980 declarou Jerusalém como capital. O Brasil mantém sua embaixada em Tel Aviv.
ÁREA	20.770 km ²
POPULAÇÃO (2019)¹	9,05 milhões
IDIOMAS	Hebraico (oficial) e árabe (idioma com <i>status</i> especial)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Reuven Rivlin (desde julho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde março de 2009)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Yisrael Katz
PIB NOMINAL (2019)²	US\$ US\$ 387 bilhões
CRESCIMENTO DO PIB (2019)³	3,9%
PIB NOMINAL PER CAPITA (2019)⁴	US\$ 42.82
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel israelense (NIS)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Yossi Shelley (desde 2017)
EMBAIXADOR EM TEL AVIV	Paulo César Meira de Vasconcelos (desde 2017)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB) – FONTE: MDIC

Brasil – Israel	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	270,5	339,5	498,5	376	454,7	409,8	380,7	424,9	466,0	320,91	370,67
Importações	651,5	1.012,5	904,4	1143,5	1113,5	954,3	895,8	695,6	885,3	1.170,0	1.204,3
Intercâmbio Total	922,0	1.352,0	1.402,9	1.519,6	1.568,2	1.364,1	1.276,5	1.120,6	1.351,3	1.490,9	1.574,9
Saldo Comercial	-381	-673	-405,9	-767,5	-658,7	-544,4	-515,5	-270,6	-419,3	-847,95	-833,7

¹ Estimativa FMI – World Economic Outlook (outubro 2019)

² Idem.

³ Idem.

⁴ Idem.

** Dados de Janeiro a Agosto